

Já no caso do Pará, o reconhecimento do sul do estado como livre de aftosa com vacinação valoriza o rebanho, favorece o desenvolvimento das cadeias produtivas e abre oportunidades de negócios. É bom lembrar que a certificação sanitária à parte de um estado localizado na Amazônia Legal é um marco para o desenvolvimento sustentável da região. Foi uma conquista dos pecuaristas e do Ministério da Agricultura.

Outras duas decisões tomadas pela OIE merecem registro:

- a primeira determina que o Paraguai crie áreas de contenção de 15 km em suas fronteiras, fazendo com que o Mato Grosso do Sul também tenha que implementar essas zonas de alta vigilância.
- a segunda trata de novas regras para o bloqueio de áreas nas ocorrências de focos de aftosa. Com a mudança, somente o epicentro e adjacências serão interditados, e não mais o estado inteiro, como é, por exemplo, a situação atual do MS.

Entretanto, o saldo do encontro deixa um rastro de preocupação. De acordo com Sanz, o bloco europeu exigirá cada vez mais:

- rastreabilidade;
- melhor controle e fiscalização das certificadoras;
- maior controle da Guia de Trânsito Animal;
- combate à febre aftosa, em especial nas zonas fronteiriças;
- verificação da eficiência da vacina contra a doença;
- maior rapidez nos testes laboratoriais e no intercâmbio técnico.

Esses requisitos devem ser cumpridos até o final do ano. O Brasil precisa corrigir a toque de caixa os sérios problemas financeiros e estruturais do seu programa sanitário. À medida que cresce a competitividade do agronegócio brasileiro, as exigências internacionais aumentam na mesma proporção e é imperativo que nos adaptemos rapidamente às mudanças. O relógio corre contra nós. Miremos o exemplo de Santa Catarina. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Contratos, câmbio e a dinâmica do agronegócio



João Sampaio*

FAZEM PARTE do passado os contratos baseados na palavra ou, como diriam os mais velhos, no fio do bigode. Hoje envolvem cláusulas complexas e regem a dinâmica das cadeias produtivas e das economias nacionais. Para o agronegócio, cada vez mais são instrumentos importantes, para dar estabilidade e ganhos equilibrados, com envolvimento desde a garantia da propriedade da terra, o fornecimento de insumos versus safra até os contenciosos da Organização Mundial do Comércio. No entanto, há resistência e falta de dispositivos para respeitá-los e cumpri-los.

Com o uso intensivo de tecnologia, produção em grande escala, a “commoditização” dos produtos e a explosão das exportações, houve uma proliferação de diferentes operações entre agentes em cada fase do processo produtivo. A gama de contratos estabelecidos mudou a cara das transações comerciais agrícolas.

O avanço da agricultura moderna para áreas mais distantes do eixo sul-sudeste, como o cerrado mato-grossense e goiano, o oeste baiano, sul do Maranhão, o sertão de Pernambuco, também criou índices regionais de produtividade e de custos. Sem a generalização, os contratos diferenciados são vitais.

Dentro dessa sistemática contratual interna das cadeias de produção agro-

pecuária outro passo foi a evolução para os mecanismos de gerenciamentos de riscos, com operações de *hedge* em bolsas de mercadorias. Popularizar e permitir o acesso dos médios e pequenos produtores a essa forma de proteção deve ser perseguido pelos administradores públicos.

O governo deve trabalhar pela obediência aos contratos de qualquer ordem. O seu não-cumprimento sempre trará prejuízos. Um exemplo clássico e recente: o Brasil venceu os Estados Unidos no contencioso do algodão na Organização Mundial de Comércio. Ficou provado o apoio aos agricultores daquele país, com desequilíbrio no mercado internacional. Não houve por parte dos norte-americanos o cumprimento. Quem pagou? O cotonicultor brasileiro e de outros países que não usufruem dos mesmos benefícios.

O cumprimento dos contratos deve passar também por políticas públicas garantidoras de equilíbrio econômico dentro das cadeias produtivas. No momento atual, o câmbio, os preços dos insumos e o valor do óleo diesel asfixiam e comprometem a obediência dos contratos. Pregar que eles sejam rasgados, não podemos. O que fazer?

Propor o cumprimento dos contratos alinhado a uma política de incentivos. São medidas que vão desde financiamentos mais compatíveis aos custos de produção e aos custos de cada operação dentro da cadeia produtiva até o subsídio ao óleo diesel e cortes tributários generalizados para o setor. Enfim, não podemos ser tímidos, caso contrário, não teremos como honrar nossos compromissos. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira